FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃOÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO MANOEL DA SILVA ALMEIDA (HOSPITAL MARIA LUCINDA) é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, de caráter beneficente, de assistência social à criança, ao adolescente, ao adulto e ao idoso, com atividade preponderante na área da Saúde. Fundada em 09/06/1929, é declarada utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 63.446 de 18/10/68, utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº 787 de 07/01/1963 e Municipal pela Lei n° 15.309 de 05/12/1990.

Segundo o estatuto social da Fundação Manoel da Silva Almeida os conselhos, curador, conselho diretor e conselho fiscal não serão remunerados. O resultado anual, se superavitário, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades sociais, não poderá, em qualquer hipótese, ser distribuído nem destinado para qualquer fim estranho ou diferente daquele que objetiva.

Relacionamos a seguir a descrição de cada unidade (Contratos de Gestão):

Unidade	Local	Contrato de Gestão
Upa Caxangá	Recife – PE	003/2010 DGAJ/SES
Upa Nova Descoberta	Recife – PE	002/2011 DGAJ/SES
Hospital Regional de Palmares	Palmares – PE	003/2011 DGAJ/SES
Hospital Ermírio Coutinho	Nazaré da Mata – PE	005/2011 DGAJ/SES

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei n° 11.638/2007, Lei n° 11.941/09 que alteraram artigos da Lei n° 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução n° 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução n° 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC n° 1409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de preparação

Moeda Funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o decimal mais próximo.

Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis n° 11.638/07 e 11.941/09, complementadas com a Lei n° 12.101 de 27/11/2009 e a Resolução do CFC n° 1409/2012, que aprovou a ITG 2002, referente às Entidades sem finalidade de lucros. A seguir são descritos sumário destas práticas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes a caixa incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudanças de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".
- b) Estoques -Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se a material médico, medicamentos, material de laboratório, material odontológico, filmes, gênero alimentício, produtos de limpeza, produtos de lavanderia, material de manutenção, impressos e material de escritório.
- c) Créditos a Receber Os Créditos a receber de convênios são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.
- d) Imobilizado Está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa n°9, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- e) Fornecedores São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.
- f) Empréstimos e financiamentos Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, incluindo os custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na Nota 11.
- g) Receitas e despesas O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas dos convênios e transferências estão sendo apresentadas pelo seu valor efetivamente arrecadado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.
- h) Demonstração dos fluxos de caixa As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas e

estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- i) Demais Ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.
- j) Demais Passivos Os demais passivos estão apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.
- k) Patrimônio Social É demonstrado pelos valores históricos, acrescidos das movimentações ocorridas no exercício.
- I) Superávit ou Déficit apurado pelo regime de competência do exercício;
- m) Instrumentos Financeiros A Fundação participa em operações com diversos instrumentos financeiros, destacando-se dentre os mesmos, o banco e aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como valores a pagar e outras dívidas, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa e manter seu endividamento em níveis compatíveis.
- n) Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há doze meses.
- o) Tributação -A Fundação é imune de Impostos e de Contribuições para a Seguridade Social por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal, sendo reconhecida como de utilidade pública no âmbito federal e estadual. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária.
- p) Contratos de Gestão: São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar e executar ações e serviços de saúde. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC n° 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma.





4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2017	2016
Fundo Fixo	17.650	17.650
Caixa	1.500	1.500
Banco Conta Movimento	4.915.933	1.809.418
Aplicações Financeiras	6.058.388	10.482.678
TOTALS	10.993.471	12.311.246

As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.

5. CRÉDITOS A RECEBER E ADIANTAMENTOS

	2017	2016
Créditos de Convênios	1.694.712	1.683.295
Créditos de Pacientes SUS	1.328.739	2.679.623
Créditos c/ Hemodiálise	1.150.777	1.132.006
Créditos c/ pacientes UTI	1.364.010	1.495.520
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA CX (*)	2.584.872	3.368.086
Créditos c/ Secretaria de Saúde UPA ND (*)	998.992	652.895
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Palmares (*)	3.616.635	5.742.767
Créditos c/ Secretaria de Saúde Hospital Nazaré (*)	1.625.583	1.751.465
Outras	451.375	617.581
TOTAIS	14.815.695	19.123.237

Adiantamento de Ordenados	281.540	281.717
Adiantamento de Férias	242.077	109.126
Adiantemento de Tratamento Odontologico	34.174	34.174
Adjantemento de 13º salario	6.562	5.568
Adiantemento de Fornecedores	745.748	728.662
TOTAS	1.310.099	1.159.247

(*) Durante o exercício de 2017 o total de gastos realizados em benefício do Hospital Regional de Palmares, do Hospital Ermírio Coutinho, da UPA Caxangá e da UPA Nova Descoberta, excederam em R\$ 3.616.635 R\$ 1.625.583 R\$ 2.584.872 e R\$ 998.992, respectivamente, do total orçado e repassado pela Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, através do contrato de gestão firmado com a Fundação Manoel da Silva Almeida.





6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2017	2016
ISS a Recuperar	16.260	16.260
IRRF a Recuperar	637.838	557.699
INSS a Recuperar	139.555	132.304
PIS/Cofins/CSLL a Recuperar	29.336	29.336
PIS a Recuperar	24.634	23.016
FGTS a Recuperar	9.712	12.263
TOTAIS	857,336	770.878

7. ESTOQUES

	2017	2016
Drogas e Medicamentos	559.890	468.999
Materiais de uso do paciente	445.180	404.133
Gêneros Alimentícios	65.945	76.217
Produtos de Lavanderia	44.358	16.331
Produtos de Limpeza	22.036	24.061
Materiais de manutenção	57.780	43.153
Impressos e materiais didáticos	107.499	83.111
Materiais de laboratórios	145	99
Empréstimos Materiais Hospitalares	126.880	114.687
Materiais de Natureza Permanente	34.559	118.755
Combustíveis	1	0
Oxigênio	0	112.900
Ortese e Prótese	84	95
Doação Mercadorias Apreendidas RFB	265.608	265.608
TOTAIS TO THE THE THE PARTY OF	1.729.965	1.728.149

Os bens existentes nos estoques foram inventariados e são avaliados pelo preço médio.

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	2017	2016
Deposito Judicial	169.359	42.774
Outras Contas A Receber – HML	250.055	274.584
Outras Contas A Receber – HEC	705	69.107
Outras Contas A Receber – HRP	1.700	93.547
Outras Contas A Receber – UPA CAXANGÁ	18.980	0
Outras Contas A Receber - UPA Nova Descoberta	16.489	2.071.927
TOTAL	457.288	2.551.939

Outras Contas a Receber refere-se a valores/créditos a receber dos contratos de gestão administrados pela Fundação.



9. IMOBILIZADO

Está demonstrado pelo valor de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, segundo taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens.

CONTAS	TX%		2017		2016
The state of the s		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Edificações	4%	10.535.392	1.196.333	9.339.058	9.674.069
Benfeitorias	4%	17.028	2.043	14.985	15.666
Terrenos		38.564.893	·	38.564.893	38.564.893
Aparelhos de medicina e cirurgia	10%	3.937.643	1.934.306	2.003.337	2.566.724
Instrumentos de medicina e cirurugia	10%	969.861	472.864	496.997	593.983
Equipamentos de proc. de dados	20%	218.224	137.841	80.383	75.858
Móveis e Utensílios	10%	1.273.998	466.504	807.494	853.050
Veículos	20%	379.316	254.503	124.813	200.676
Equipamentos de fisioterapia	10%	17.199	8.609	8.590	10.310
Equipamentos de comunicação	10%	2.660	664	1.996	2.262
Máquinas e Equipamentos	10%	3.003.153	1.125.791	1.877.362	1.633.592
TOTAIS		58.919.366	5.599.459	53,319,907	54.191.082

10. FORNECEDORES

	2017	2016
Fornecedores de materiais e medicamentos	2.493.675	5.983.872
Fornecedores de serviços médicos – PJ	770.716	1.561.468
Fornecedores de serviços diversos	2.484.822	3.150.365
Fornecedores de serviços médicos – PF	1.245.900	1.546.221
TOTAIS	6.995.114	12.241.927

Representa as obrigações com fornecedores pela contratação de serviços médicos, e aquisição de materiais médicos, hospitalares e medicamentos.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Caixa Economica Federal	6.634.769	35.398.856	4.381.828	38.805.714
Grandes Armazéns do Recife	1.600.000	-	2.200.000	
Outros	-	-	1.606.238	-
Encargos Financeiros a Vencer	(2.098.407)	(20.534.131)	(2.168.587)	(22.632.538)
TOTAIS	6.136.362	14.864.725	6.019.479	16.173.176

A Fundação em 2015 obteve um empréstimo junto a empresa Grandes Armazéns do Recife para quitação de algumas despesas. Em 07/12/2016 a Fundação contratou um empréstimo junto á Caixa Econômica Federal com taxa de juros de 1,75 % a.m., carência de 6 meses, contados da sua assinatura e apropriados até a data do balanço, a ser amortizado em 114 parcelas mensais. O contrato prevê como garantia a cessão de direitos creditórios junto ao Ministério da Saúde em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2017	2016
Ordenados a Pagar	4.811.305	4.587.865
Rescisões a Pagar	37.834	183.794
Seguro de Vida a Pagar	11.073	2.551
Pensão Alimentícia a Pagar	5.012	5.980
Plano de Saúde- Ideal	0	1.123
Férias a Pagar	3.763	136.762
Plano de Saúde- Hapvida	27.618	20.703
TOTAIS	4.896.606	4.938.778

De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço.

13. PROVISÕES

	2017	2016
Provisões de Férias	7.658.297	7.483.502
Provisões p/ Encargos Sociais s/ Férias	612.614	0
Provisões p/ Encargos Sociais s/ 13º Salário	282.034	347.353
TOTAIS	8.552.945	7.830.855

Referem-se às Provisões Férias e Encargos Sociais sobre Férias e 13º Salário de valores com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme pagamentos até a data do balanço.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2017	2016
FGTS a Recolher	586.149	691.085
FGTS a Recolher (Parcelamento)	2.357.241	2.713.831
FGTS Passico	91.772	95.689
INSS a Recolher	1.377.517	1.129.183
PIS a Recolher	7.200	84.241
Pis Parcelamento	37.104	37.104
Contrib. Sind. Assist. a Pagar	347.075	426.014
INSS Parcelamento	174.874	174.874
Juros e Multa sobre encargos (Parcelamento)	50.458	50.087
TOTAIS	5.029.390	5.402.108

No exercício de 2013 a Fundação assinou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento do FGTS no montante de R\$ 4.571.165,36, referentes às competências de 02/2012 a 02/2013. Em 2016 o Hospital Ermírio Coutinho também assinou um Termo de Confissão de Divida no valor de R\$ 400.470,07 referente às competências de 12/2015 a 04/2016.

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2017	2016
ISS na Fonte a Recolher	575.609	435.607
IRRF a Recolher	1.703.781	1.558.837
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	182.559	144.548
Juros a Pagar	8.635	10.551
Multas a Pagar	28.645	29.930
Parcelamento de Impostos	168.596	169.011
TOTAIS	2.667.824	2.348.484

O saldo do IRRF a recolher apresentado em 31.12.2017 se refere ao imposto retido sobre os salários de funcionários e sobre serviços prestados de terceiros.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2017	2016
Água a Pagar	1.421.936	1.115.972
Energia Elétrica a Pagar	1.302.128	1.211.016
Telefone a Pagar	13.018	30.199
Empréstimo Material Hospitalar	202.723	188.229
Trat. Odontológico – Funcionários	51.848	47.229
Aluguéis a Pagar	51.759	8.406
Cheque Devolvido	1.308	0
Empréstimo Consignado Caixa Econômica	83.512	132.477
Cheque a Pagar	540.276	422.134
Nefromais (Reforma)	33.112	584.722
Valores a Classificar	15.113	80.916
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	-7.797	0
TOTAIS	3.708.935	3.821.300

LONGO PRAZO	190 To 190	
Outras Contas a Pagar – HEC	0	2.234.125
Outras Contas a Pagar – HRP	0	9.266
Outras Contas a Pagar – Upa Nova Descoberta	247.679	4.164
Outras Contas a Pagar – Upa Caxangá	2.376	25.707
Outras Contas a Pagar – himl	37.875	0
Nefromais (reforma)	0	235.903
TOTAIS	287.930	2.509.165

Outras Contas a Pagar refere-se a valores/débitos a pagar entre Matriz x Filial e Filial x Filial.

17. ASPECTOS FISCAIS

A Fundação dispõe de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde concedida às pessoas jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos através da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009. Tal certificação concede a entidade a isenção do pagamento de contribuições para seguridade social tratadas nos artigos 22 e 23 da lei n° 8.212 de 24 de junho de 1991, no que se

K

3

refere à parte patronal. No exercício de 2017 a Entidade foi beneficiada com isenção do pagamento da contribuição do INSS Patronal no montante de R\$23.650.422,29.

A Fundação possui também isenção tributária do imposto de renda e contribuição social, conforme disposto no art. 12 da Lein° 9.532/97.

Em agosto de 2017 nos foi concedido a tutela de evidência referente ao que dispõe o art. 311, Il do CPC, onde determina que a Receita Federal do Brasil suspenda a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, V, do CTN, no que concerne a contribuição do PIS sobre folha de salários, até o julgamento final da presente demanda. Por esse motivo o valor do PIS sobre a folha está provisionado no longo prazo.

18. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

O pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes — estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor. Portanto, seguindo as diretrizes desse pronunciamento, a Fundação, através de seu corpo jurídico, estabelece estimativas em relação aos desfechos dos processos civis e trabalhistas, classificando-os como prováveis possíveis e remotos. As estimativas prováveis devem ser reconhecidas como passivos. As possíveis não são registradas, mas devem ser evidenciadas em notas explicativas. Portanto, o montante total de estimativas consideradas **POSSÍVEIS** em relação aos <u>processos civis</u> foi de R\$ 2.721.011,47,em relação aos <u>processos trabalhistas</u> as **POSSÍVEIS** montam de R\$ 7.225.253,47.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2017	2016
Patrimônio Social	24.021	24.021
Ajuste de Exercicios Anteriores	-1.950.875	-141.614
Ajuste de Valor Patrimonial	49.729.754	49.729.754
Resultados Acumulados de Exercicios Anteriores	-20.309.845	-20.234.312
Superávit/Déficit do Período	2.024.329	66.081
TOTAIS	29,517.384	29.443.930

Patrimônio Social

O Patrimônio Social da entidade está formado pelos valores investidos inicialmente, conforme Escritura de constituição lavrada no 1º Ofício de Notas da Comarca do Recife, em 14 de março de 1946, pela reforma realizada por instrumento particular consoante deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 04 de agosto de 2001.

Ajuste de Exercícios Anteriores

Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2017, alguns lançamentos tendo como contrapartida direta a conta de ajuste de Exercício Anterior no patrimônio. Os ajustes referem-se, em sua maioria, à recuperação de despesas ou receitas de exercícios anteriores e juros que afetaram diretamente o resultado.

Ajuste de valor patrimonial

Os imóveis da entidade em vista da defasagem dos registros na contabilidade frente ao crescimento imobiliário da região, entendeu-se como necessário a avaliação.

Foi reconhecido os efeitos do custo atribuído, no exercício de 2014, com base em relatório de avaliação elaborado em conformidade com o ICPC 10 relacionado ao imobilizado, em atendimento ao CPC 27.

Esse trabalho foi realizado por profissional habilitado, engenheiro, e foram aplicados procedimentos com base em dados coletados no mercado, em estudos técnicos, além de informações fornecidas por representantes da Fundação.

Déficit Acumulado e Superávit do Período

A Fundação vinha acumulando déficits que refletem negativamente no seu patrimônio social. A diretoria pôs em prática um planejamento estratégico enfatizando o aumento da receita e principalmente a diminuição de custos sem afetar a prestação do serviço. Em 2016 o planejamento resultou em um reequilíbrio financeiro gerando um superávit de R\$ 66.081. No ano de 2017, o controle dos custos administrativos foi intensificado, gerando um superávit de R\$ 2.024.329.

20. RECEITA LÍQUIDA

Receitas sem Restrição	2017	2016
Receita com Pacientes Particulares	1.887.527	1.452.010
Receitas de Convênios	7.384.837	3.549.110
Receita com Paciente SUS	26.099.170	25.560.185
Receita com Hemodiálise	6.354.985	5.367.683
Receitas com UTI	7.405.141	7.902.710
Residência Médica	588.000	588.000
Preceptoria UNICAP	293.805	199.534
Gestão	556.084	8.320.132
Voluntário SAHIMA (b)	111.902	88.267
Doações	1.419.230	1.344.647
Subvenções	1.341.502	23.854
Glosas	-79.535	-43.280
TOTAL	53.362.647	54.352.852
Receitas com Restrição		41.7
Receitas UPA Nova Descoberta (a)	15.948.538	14.969.193
Receitas UPA Caxangá (a)	17.019.584	19.805.558
Receitas Hospital Palmares (a)	42.668.478	41.444.013
Receitas Hospital Nazaré (a)	21.286.890	19.513.242
Receita SPA (c)	1.800.000	1.800.000
TOTAL	98.723.490	97.532.006
TOTAL GERAL	152.086.137	151.884.858





(a) Contratos de Gestão.

A Entidade firmou durante o exercício de 2010 um contrato de parceria com a Unidade de Pronto Atendimento - UPA Caxangá e em 2011 com a UPA Nova Descoberta, os Hospitais Ermírio Coutinho e Regional de Palmares Dr. Silvio Magalhães, para a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, vigentes ainda em 2016.

Os recebimentos e os gastos realizados com os recursos provenientes destes contratos não geram benefícios econômicos para a Fundação, tais valores apenas transitam pelo resultado em regime de compensação, sem gerar nenhum efeito superavitário ou deficitário, conforme Resolução CFC n° 1.305/10, que trata do reconhecimento de Receita.

(b) Trabalho voluntário

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pelas entidades.

(c) Receita SPA

Refere-se ao convenio firmado entre a Fundação e o Estado de Pernambuco, através da Secretaria Estadual de Saúde, com objetivo do repasse financeiro para realização do SPA- Serviço de Pronto Atendimento, incluindo os serviços de classificação de risco em ortopedia e traumatologia de médio porte, ofertados à população.

21. CUSTOS HOSPITALARES

Custos sem Restrição	2017	2016
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	29.330.191	28.714.811
Serviços Medicos Pessoa Juridica	8.043	8.000
Serviços Medicos Pessoa Fisica	1.889.639	1.287.802
Materiais Medicamentos e Similares	6.707.843	6.309.187
TOTAL	37.935.716	36.319.801
Custos com Restrição		Security Security 1981
Despesa com Pessoal Serviço Próprio	63.031.937	59.169.933
Serviços Medicos Pessoa Juridica	7.519.055	7.851.651
Serviços Medicos Pessoa Fisica	2.385.203	1.531.482
Materiais Medicamentos e Similares	12.695.125	11.320.665
Despesas Gerais	78.343	0
TOTAL	85.709.664	79.873.732
TOTAL GERAL	123.645.380	116.193.533

Os Custos Hospitalares estão relacionados a valores referentes aos setores operacionais da Instituição e foram segregados e classificados de acordo esta estrutura.



22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Serviços Diversos Pessoa Jurídica	17.717.331	15.118.587
Serviços Diversos Pessoa Física	1.159.094	1.545.871
Alugueis	1.078.649	648.659
Energia	2.718.606	2.467.488
Água	479.052	484.860
Telefone	165.941	203.186
Depreciação	1.444.295	1.384.374
Outras Despesas	1.045.817	11.870.059
TOTAIS	25.808.784	33.723.084

As Despesas Administrativas estão relacionadas a valores referentes aos setores não operacionais da Instituição e foram segregados e classificados de acordo esta estrutura.

23. RECEITAS DIVERSAS

	2017	2016
Aluqueis	884.618	766.451
Recuperação de Despesa	534.095	697.607
Estacionamento	265.019	220.644
Venda Doação Receita Federal do Brasil	15.754	705.910
Outras Receitas Diversas	1.257	3.118
TOTAIS	1.700.744	2.393.730

24. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 20 do Decreto nº 8.242/14 e artigo 9°., item 1, "c", da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

A Fundação no ano de 2017 cumpriu a meta de desempenho ficando acima de 60%.

Produção Internações (AIH) HOSPITAL MARIA LUCINDA

		AIH SUS				
mês	Contratualização	Produção	Desempenho %			
jan/17	698	452	65%			
fev/17	698	450	64%			
mar/17	698	559	80%			
abr/17	698	439	63%			
mai/17	698	524	75%			
iun/17	698	584	84%			
jul/17	698	581	83%			
ago/17	698	623	89%			
set/17	698	548	79%			
out/17	698	662	95%			
nov/17	698	611	88%			
dez/17	698	475	68%			
Total	8.376	6.508	78%			
Média	698	542	78%			





Produção Ambulatorial (SIA)HOSPITAL MARIA LUCINDA

		AMB SUS			
mês	Contratualização	Produção	Desempenho %		
jan/17	30.942	26.029	84%		
fev/17	30.942	25.607	83%		
mar/17	30.942	28.528	92%		
abr/17	30.942	26.470	86%		
mai/17	30.942	29.045	94%		
jun/17	30.942	25.991	84%		
jul/17	30.942	26.111	84%		
ago/17	30.942	30.464	98%		
set/17	30.942	36.419	118%		
out/17	30.942	34.286	111%		
nov/17	30.942	33.479	108%		
dez/17	30.942	23.667	76%		
Total	371.304	346.096	93%		
Média	30.942	28.841	93%		

25. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DOS CONTRATO DE GESTÃO

UPA CAXANGÁ

UFA OAAANOA							
	1º Semestre 2º Semestre To		1º Semestre		1º Semestre 2º Semestre		tal
Linha de Contratação	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado	
INTERNAÇÕES						ا ا	
Saida Hospitalar	0	0	0	U	U	0	
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA				07.000	450.550	135.960	
Consultas de Urgência	76.776	67.997	76.776	67.963	153.552	135.900	
ATENDIMENTO AMBULATORIAL			_			۱ ,	
Consultas	0	0	0	0	0	U	

Do valor contrato (153.552) a entidade possui a obrigação de atender no mínimo 85% (130.520). O realizado de atendimentos em 2017 foi de 135.960, ficando acima da meta contratada.

UPA NOVA DESCOBERTA

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES				_		
Saida Hospitalar	0	0	0	0	U	U
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA					400.040	450.050
Consultas de Urgência	66.474	76.954	66.474	79.302	132.948	156.256
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	0	0	. 0	0	0	0

HOSPITALREGIONAL DE PALMARES

HOSPITAL REGIONAL DE L'ALMANES							
Linha de Contratação	1º Sen	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado	
INTERNAÇÕES						0.470	
Saida Hospitalar	3.852	4.675	3.852	4.801	7.704	9.476	
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						400.004	
Consultas de Urgência	45.000	81.075	45.000	87.226	90.000	168.301	
ATENDIMENTO AMBULATORIA	L					0.7.400	
Consultas	15.000	17.080	15.000	18.388	30.000	35.468	





HOSPITAL ERMÍRIO COUTINHO

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	contratado	realizado	contratado	realizado	contratado	realizado
INTERNAÇÕES						
Saida Hospitalar	1.440	2.060	1.440	1.977	2.880	4.037
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA						
Consultas de Urgência	55.200	57.733	55.200	60.252	110.400	117.985
ATENDIMENTO AMBULATORIAL						
Consultas	4.200	4.902	4.200	4.847	8.400	9.749

Recife, 31 de dezembro de 2017.

Arnaldo José Almeida Conçal Presidente

Albanice B. da 5. Almeida Albanice B. da Silva Almeida Contadora CRC-PE 013.338/0-1